



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA
Ato GP nº 391/2012

ATA DE REUNIÃO

Data	13/12/2016 – terça-feira
Início	11h30min
Fim	13h00min

1. Participantes.

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretoria-Geral
Ana Luíza Claro da Silva	Secretaria Judiciária
André dos Santos Sant’Anna	Secretaria de Tecnologia da Informação
Cláudia Foffano de Souza	Assessoria da Corregedoria
Deborah Nerlíte Bulhões do Carmo	Secretaria de Gestão de Pessoas
Fábio Lami Júnior	Secretaria de Administração
Fernando José da Fonseca	Secretaria de Orçamento e Finanças
Flávio Augusto Castanheira Celano	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Simone Ferreira de Oliveira e Cruz	Assessoria da Presidência
Soraya Previtali Morisson	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

Ausente justificadamente: Elaine Rodrigues Machado da Silva – EJE; Luciana Souza Batista - ASCOM

Convidados

Nome	Unidade
Diego Ferreira Guedes	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

2. Pauta

1. Avaliação das iniciativas estratégicas estabelecidas no Plano Diretor da Estratégia 2016-2017.

3. Descrição da reunião

2. A Diretora-Geral deu início à reunião e passou a palavra à Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão para apresentação do desempenho das iniciativas estratégicas contempladas no Plano Diretor da Estratégia 2016-2017.

3. A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão destacou que a primeira versão do Plano Diretor da Estratégia necessita de pequenas retificações materiais e, além disso, destacou que é necessário reavaliar as ações com atraso e repactuar os prazos.
4. O servidor Diego Guedes esclareceu que as retificações serão registradas no “Histórico de Registros” que integra o referido Plano e apresentou as retificações materiais necessárias. A ASPLAN providenciará as retificações e, tão logo concluídas, inclusive as porventura deliberadas na reunião de hoje, a versão atualizada será encaminhada a todos os integrantes do Comitê de Gestão da Estratégia para validação.
5. Na sequência, a Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão informou que embora solicitado o encaminhamento mensal à ASPLAN da documentação de monitoramento das iniciativas consignadas no Plano Diretor da Estratégia até o quinto dia útil de cada mês, a referida Assessoria não recebeu a documentação relativa a duas iniciativas: **a)** Criação de relatórios no SADP; **b)** Central de Atendimento Telefônico ao Eleitor – CAT.
6. Em relação à iniciativa **“Criação de relatórios no SADP”**, sublinhou a necessidade das unidades envolvidas apresentarem um cronograma atualizado, identificando os relatórios que ainda precisam ser parametrizados, posto que os prazos estabelecidos no PDE não foram observados. A Chefe de Gabinete da Presidência, responsável pela iniciativa, informou que a Coordenadora de Soluções Corporativas agendou uma reunião hoje para tratar deste assunto. A Chefe de Gabinete da Presidência informará as novas datas de conclusão das ações à ASPLAN até o dia 24/01/2017, a fim de que sejam submetidas ao Comitê de Gestão da Estratégia para elaboração dos ajustes de versão do PDE.
7. A Secretária Judiciária esclareceu que no âmbito do segundo grau resta pendente a parametrização de três relatórios. Ponderou que dentre os três existe um relatório que não pode ser parametrizado, fazendo-se necessário contato com o TSE. Acrescentou que os outros dois dependem de retorno de férias de alguns servidores da TI, estimando-se que a parametrização e a emissão dos relatórios estejam concluídas em 31/03/2017.
8. No que se refere à eventual inviabilidade de extração de relatório para medição de variável, conforme mencionado pela Secretária Judiciária, a Assessora de Planejamento esclareceu que o indicador correspondente deverá ser melhor avaliado posteriormente.
9. No que tange à **“Central de Atendimento Telefônico ao Eleitor – CAT”**, a Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão mencionou que as informações referentes à iniciativa também precisam ser atualizadas. A Diretora-Geral encaminhará a documentação de monitoramento para a ASPLAN com a atualização das informações relativas às ações.

Eventual necessidade de ajuste dos termos de conclusão estabelecidos no PDE será submetida ao Comitê de Gestão da Estratégia.

10. Ainda em relação à CAT, a Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão observou que o valor estimado no PDE para a contratação diverge do valor estabelecido no Plano Geral de Contratações 2017. O Comitê deliberou pela revisão do valor de R\$ 883.812,00 para R\$ 633.684,00, a fim de garantir o devido alinhamento entre os dois instrumentos.

11. Na sequência, passou-se à apresentação das iniciativas que apresentaram atrasos ou necessidades de ajustes, tendo como base a documentação de monitoramento disponibilizada pelos respectivos responsáveis.

12. “Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais”

Todos acordaram substituir o termo elaboração de projeto básico por apresentação do projeto básico, a fim de evitar interpretações equivocadas e tornar claro que a ação corresponde à tramitação formal do documento.

O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais ponderou que muitas vezes se termina o termo de referência ou o projeto básico e não se tem a estimativa de custo, uma vez que somente após a conclusão do projeto há o encaminhamento para a SAD/COFOR para realizar as cotações. A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão mencionou que, de acordo com o estabelecido no PDE, para a inclusão de iniciativas na proposta orçamentária essa documentação deveria estar pronta com as estimativas de custo.

O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais esclareceu que o prazo relativo à ação “elaboração de projeto básico para aquisição de ferramenta informatizada”, prevista para 30/11/2016, não foi observado em razão do grande volume de trabalho decorrente do período eleitoral. Esclareceu, ainda, que os prazos relativos às outras ações vinculadas à iniciativa também precisarão ser revistos. O Comitê de Gestão da Estratégia aprovou a revisão dos termos de conclusão das ações relacionadas no PDE, como segue:

12.1. Elaboração de projeto básico para aquisição de ferramenta informatizada –

28/04/2017

12.2. Aquisição de ferramenta informatizada – **31/08/2017**

12.3. Regulamentação dos critérios de padronização – **30/04/2017**

12.4. Elaboração de projeto básico para contratação de empresa para realizar o diagnóstico – **28/02/2018**, para viabilizar sua inclusão na proposta orçamentária de 2019.

A ASPLAN providenciará as revisões das datas e a atualização da versão do PDE.

13. O titular da SSG informou que o PGP do projeto será revisto para contemplar os novos prazos estabelecidos e encaminhado à ASPLAN para os devidos registros.

14. “Sistema de prevenção e combate a incêndio na Sede do TRE-RJ”

O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais sugeriu que o prazo relativo à ação “elaboração de projeto básico para contratação do projeto de instalação de sistema de combate a incêndio na Sede do TRE-RJ”, inicialmente previsto para 30/11/2016, seja prorrogado para 31/01/2017. A prorrogação do prazo foi acolhida pelo Comitê de Gestão da Estratégia.

A ASPLAN providenciará a revisão da data e a atualização da versão do PDE.

15. “Modernização da subestação de energia elétrica do Núcleo Administrativo do TRE-RJ”

O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais informou que a COENG constatou a necessidade de realização de uma gama maior de serviços relativos à rede elétrica no NUAD/CAJU, o que ensejará a ampliação do escopo da iniciativa, havendo a necessidade de contratação do projeto, com um custo estimado de R\$ 120.000,00. Sugeriu que o projeto seja elaborado em etapas para que possibilite a contratação dos serviços em blocos, até 2020. Nesse sentido, o titular da SSG providenciará a revisão da ficha da iniciativa, a ser encaminhada à ASPLAN até o dia 24/01/2017, a fim de que seja submetida ao Comitê de Gestão da Estratégia para elaboração dos ajustes de versão do PDE.

16. “Implantação de CFTV”

A Chefe de Gabinete da Presidência informou que o termo de referência para contratação de projeto de aquisição e instalação de equipamentos de CFTV foi apresentado dentro do prazo estabelecido no PDE. O projeto tinha a previsão inicial de custo de R\$580 mil. Em razão da limitação orçamentária, o custo do projeto precisou ser reduzido para R\$ 200 mil, sendo apresentado o projeto básico com escopo reduzido. A Chefe de Gabinete da Presidência informou que o projeto retornou para o Assessor de Segurança para que fosse ajustado ao escopo estabelecido no Plano Diretor. A Diretora-Geral sugeriu que a implantação de CFTV nos imóveis elencados no PDE seja realizada de forma gradual, em mais de um exercício, observando-se a restrição orçamentária estabelecida para o exercício de 2017.

A Chefe de Gabinete da Presidência providenciará a revisão da ficha da iniciativa, a ser encaminhada à ASPLAN até o dia 24/01/2017, a fim de que seja submetida ao Comitê de Gestão da Estratégia para elaboração dos ajustes de versão do PDE.

17. “Implantação do Sistema GESCOMP”

Considerando que a implantação do sistema o GESCOMP no TRE-RJ não prosperou, o Comitê de Gestão da Estratégia deliberou pela descontinuidade da iniciativa.

A Diretora-Geral destacou, contudo, a imprescindibilidade de implantação do modelo de gestão por competências na instituição, conforme já observado nas análises estratégicas

realizadas. O Comitê deliberou que a Secretaria de Gestão de Pessoas apresente proposta de iniciativa que tenha por objetivo assegurar a efetiva implantação do modelo de gestão por competências no Tribunal. A ficha com a proposta de nova iniciativa deverá ser encaminhada à ASPLAN até o dia 24/01/2017 a fim de que seja submetida ao Comitê de Gestão da Estratégia e elaborados os ajustes de versão do PDE.

18. “Gestão documental”

A ferramenta foi adquirida e está em fase de implantação pela STI. O projeto básico para capacitar os gestores na ferramenta foi elaborado e a chefe da Seção de Gestão Documental quer marcar uma reunião com a Diretora-Geral para acertar alguns ajustes.

Embora a iniciativa esteja em curso sem problemas significativos de prazo ou necessidade de ajustes, a Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão observou que o valor estimado no PDE para a contratação diverge do valor estabelecido no Plano Geral de Contratações 2017. O Comitê deliberou pela revisão do valor de R\$ 280.500,00 para R\$ 262.500,00, a fim de garantir o devido alinhamento entre os dois instrumentos.

19. “Modernização do Data Center”

A Assessora de Planejamento informou que houve alteração na gerência do projeto que agora está sob responsabilidade do Coordenador de Engenharia. Em razão disso, a documentação do projeto precisará ser reanalisada pela nova gerência.

O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais mencionou que o projeto prevê a contratação de um gerador e que tal demanda também foi identificada no projeto de implantação do PJe, sendo importante o alinhamento das duas iniciativas.

A Secretária Judiciária esclareceu que o gerador não é imprescindível para a implantação do PJe e acrescentou que o TSE deixou para os Regionais apenas a aquisição dos monitores e certificados digitais, centralizando todas as demais contratações.

O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais manifestou preocupação com os prazos estabelecidos no PDE. A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão registrou a relevância do projeto, enfatizando os valores orçamentários destinados para a iniciativa em 2017.

O Comitê de Gestão da Estratégia definiu que o PGP deve ser revisto e apresentado impreterivelmente até o dia 24/01/2017.

20. “Estruturação do Planejamento e Execução do Plano Bienal de Aperfeiçoamento de Magistrados”

Está dependendo de uma reunião com a Diretora-Geral para tratar da revisão da Resolução TRE-RJ nº 665/2007. O servidor Diego Guedes informou que a EJE, por meio de mensagem eletrônica, sugeriu prorrogar os termos de conclusão das duas ações previstas no PDE para 2016, a saber, “Revisão do itinerário formativo para Juízes Eleitorais” e

“Elaboração de projeto básico para contratação de coordenador pedagógico para atuar na elaboração dos planos de cursos programados para 2017/2018, bom como sua realização no período” para 31/05/2017. A prorrogação dos prazos foi acolhida pelo Comitê de Gestão da Estratégia.

21. “Sistema de Gestão da Estratégia - GERIR”

A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão esclareceu que a ficha inserida no Plano Diretor da Estratégia não detalhou todas as ações necessárias até a entrega final da iniciativa, isto é, a emissão de Relatório de Análise Crítica das unidades.

Nesse sentido, informou que o sistema foi adaptado para recebimento dos dados relativos ao Plano Estratégico 2016/2021 no prazo estabelecido no PDE, isto é, 31/07/2016. No entanto, faz-se necessária a revisão da ficha para detalhar as ações que serão implementadas até a entrega do referido relatório.

A ficha revisada com a inclusão do detalhamento das ações e prazos deverá ser encaminhada à ASPLAN até o dia 24/01/2017 a fim de que seja submetida ao Comitê de Gestão da Estratégia e elaborados os ajustes de versão do PDE.

22. “Planejamento das ações de identificação biométrica de eleitores”

A Diretora-Geral informou que foi aprovado pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente o Termo de Abertura do Projeto “Revisão Eleitoral com coleta de dados biométricos no município de São João da Barra”. Que o documento servirá de base para a elaboração do TAP relativo à revisão de eleitorado do município de São João da Barra.

O TAP atinente à revisão no município de São João da Barra foi aprovado em 12/12/2016 e protocolizado sob o nº 361.914/2016, não sendo, portanto, observado o prazo estabelecido no PDE, isto é, 30/11/2016.

A Diretora-Geral esclareceu, ainda, que em lugar do PGP, o PIE – Plano Integrado das Eleições, será adaptado para recepcionar o plano de ação da biometria (PIB – Plano Integrado da Biometria), viabilizando o registro das ações relacionadas não somente a São João da Barra e Rio das Ostras, mas também a outras revisões.

Não houve deliberação quanto à manutenção ou adiamento da atividade prevista para 2017, qual seja, “elaboração do plano de implantação do cadastramento biométrico do eleitorado do Estado do Rio de Janeiro”.

23. “Estudo de viabilidade para aumento da celeridade de processos prioritários”

A Diretora-Geral informou que o estudo foi apresentado pelo grupo de trabalho designado para sua elaboração dentro do prazo estabelecido no PDE, em 27/07/2016.

Esclareceu que devido às diversas ações propostas pelos grupos e atinentes a diversas unidades do Tribunal, sugeriu que o documento seja encaminhado a todos os integrantes do Comitê de Gestão da Estratégia, para apreciação preliminar e considerações.

O Comitê acolheu a proposta e deliberou pela inclusão da ação “Apreciação pelo Comitê de Gestão da Estratégia” e sua previsão de conclusão para 28/02/2017 no PDE.

A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão destacou que na semana passada, durante o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, foram aprovadas as metas nacionais para a Justiça Eleitoral. Adiantou que, embora ainda não tenha sido disponibilizado o glossário com o detalhamento das metas, foi aprovada a meta 3, relativa ao tempo de tramitação dos processos considerados “prioritários”, isto é, aqueles que possam importar em cassação do registro de candidatura, do diploma ou do mandato eletivo. Consoante os debates havidos durante o referido Encontro, tais processos deverão ser julgados no âmbito do primeiro grau em até 6 meses e, no âmbito do segundo grau, em até 3 meses.

24. “Sistema de Controle Integrado de Custos - CIC”

O Secretário de Orçamento e Finanças sugeriu a descontinuidade da iniciativa, uma vez que o está em fase de implantação no âmbito da Justiça Eleitoral o sistema SIGEC – Sistema de Gestão de Custos da Justiça Eleitoral, desenvolvido pelo TSE. O Comitê aprovou a sugestão e deliberou pela descontinuidade da iniciativa.

- 25.** Na sequência, a Diretora-Geral informou que, considerando aprovação do “**Estudo de Viabilidade para implantação do PJe**” na IV Reunião do Comitê de Gestão da Estratégia, faz-se necessário incluir no PDE a ficha relativa à iniciativa “**Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no 2º grau**”, cujo TAP foi aprovado e está tramitando sob o nº 356.997/2016. O Comitê deliberou que a ficha com a proposta de nova iniciativa deverá ser encaminhada à ASPLAN até o dia 24/01/2017 a fim de que seja submetida ao Comitê de Gestão da Estratégia e elaborados os ajustes de versão do PDE.

A Secretária Judiciária informou, também, que a SOF e a SCI serão chamadas ao longo do projeto e que farão treinamentos no sistema PJe.

- 26.** A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão esclareceu que as demais iniciativas inseridas no PDE estão em andamento e sem problemas, a saber: “**Formação de líderes**”; “**Rede Privada Virtual – VPN**”; “**Estudo de viabilidade para implantação de exames periódicos de saúde**”; “**Estruturação do planejamento e execução do Plano Anual de Capacitação – PAC**”; “**Estudo de viabilidade para implantação do SEI**”; “**Estudo de viabilidade para implantação do VOIP**” e “**Plano Integrado das Eleições 2018**”.

- 27.** A Diretora-Geral informou que será convocada nova reunião do Comitê em janeiro de 2017, para tratar do planejamento orçamentário de ações estratégicas de 2018.

- 28.** Nada mais havendo a tratar, considerou encerrada a reunião.

4. Anexos

- Quadro atualizado com a situação das iniciativas contempladas no PDE.

5. Pendências

Aquelas que constam do item 3.

De acordo:

Adriana Freitas Brandão Correia

Ana Luíza Claro da Silva

André dos Santos Sant'Anna

Cláudia Foffano de Souza

Deborah Nerlite Bulhões do Carmo

Fábio Lami Junior

Fernando José da Fonseca

Flávio Augusto Castanheira Celano

Simone Ferreira de Oliveira e Cruz

Soraya Previtali Morisson

Convidados:

Diego Ferreira Guedes

Ata do Comitê de Gestão da Estratégia – 12/12/2016
Anexo I

Iniciativa	Status
Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais	
Sistema de prevenção e combate a incêndio na Sede do TRE-RJ	
Modernização da subestação de energia elétrica do NUAD	
Implantação de CFTV	
Implantação do Sistema GESCOMP	
Formação de líderes	
Gestão Documental	
Modernização do Data Center	
Rede Privada Virtual - VPN	
Estruturação do Planejamento e Execução do Plano Bienal de Aperfeiçoamento de Magistrados	
Central de Atendimento Telefônico ao Eleitor	
Estudo de viabilidade para implantação de exames periódicos de saúde	
Estruturação do planejamento e execução do Plano Anual de Capacitação – PAC	
Criação de relatórios no SADP	
Estudo de viabilidade para implantação do PJe	
Estudo de viabilidade para implantação do SEI	
Sistema de Controle Integrado de Custos - CIC	
Estudo de viabilidade para implantação do sistema VOIP	
Sistema de Gestão da Estratégia - GERIR	
Plano Integrado das Eleições 2018	
Planejamento das ações de identificação biométrica de eleitores	
Estudo de viabilidade para aumento de celeridade de processos prioritários	

	Iniciativa concluída
	Iniciativa sem atrasos e sem necessidade de ajustes
	Iniciativa que requer atenção ou algum ajuste
	Iniciativa com atraso e maior atenção
	Iniciativa descontinuada